

FERNAND BRAUDEL E CELSO FURTADO: GEOECONOMIA E ORDENAMENTO TERRITORIAL

FERNAND BRAUDEL AND CELSO FURTADO: GEOECONOMICS AND
SPATIAL PLANNING

Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais
Aplicadas

• 12/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/778434679](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/778434679)

Marcio Freire Bernardo da Silva¹

RESUMO

O artigo propõe uma aproximação teórico-metodológica entre Fernand Braudel e Celso Furtado com vistas à elaboração da geoeconomia como categoria analítica do espaço e do ordenamento territorial. Partindo da crítica às interpretações fundadas na sucessão de ciclos econômicos isolados, o trabalho demonstra que a noção braudeliiana de longa duração, entendida como o plano das estruturas persistentes e das inércias históricas e a leitura histórico-estrutural da dependência elaborada por Furtado constituem aportes complementares para apreender as permanências que estruturam o território brasileiro. A geoeconomia emerge, nesse quadro, como expressão concreta de regimes de acumulação inscritos no espaço por vetores de poder, materializando padrões históricos de uso do território, hierarquias regionais e formas específicas de organização da produção. A análise percorre as contribuições da Escola dos Annales, a trajetória intelectual de Furtado em diálogo com o ambiente acadêmico francês, e o modo pelo qual as bases geográficas comparecem como elemento ativo das formações econômicas coloniais e nacionais. Ao reposicionar o espaço como instância analítica e não como simples suporte, o artigo avança em direção a uma leitura totalizante da formação histórica e econômica do Brasil, articulando economia, tempo e território em uma mesma unidade de análise.

Palavras-chave: Geoeconomia; Longa Duração; Ordenamento Territorial; Formação Econômica.

ABSTRACT

This article proposes a theoretical and methodological rapprochement between Fernand Braudel and Celso Furtado toward the elaboration of geoeconomics as an analytical category of space and territorial ordering. Building on a critique of

interpretations grounded in the succession of isolated economic cycles, the study argues that Braudel's concept of the *longue durée* — understood as the plane of persistent structures and historical inertias — and Furtado's historical-structural reading of dependency constitute complementary contributions for grasping the permanences that underpin Brazilian territory. Geoeconomics emerges, within this framework, as the concrete expression of accumulation regimes inscribed in space by vectors of power, materializing historical patterns of territorial use, regional hierarchies, and specific forms of productive organization. The analysis traces the contributions of the Annales School, Furtado's intellectual trajectory in dialogue with the French academic milieu, and the manner in which geographical bases function as active elements within colonial and national economic formations. By repositioning space as an analytical instance rather than a mere support, the article advances toward a totalizing reading of Brazil's historical and economic formation, articulating economy, time, and territory within a single unit of analysis.

Keywords: Geoeconomics. *Longue Durée*; Spatial planning; Economic Formation

1. INTRODUÇÃO

A compreensão da formação histórica e econômica do Brasil permanece como um problema central das ciências humanas, não apenas pela complexidade de seus processos constitutivos, mas pela necessidade de superar leituras fragmentárias que dissociam economia, tempo e território. Nesse contexto, este artigo propõe uma aproximação entre Celso Furtado e Fernand Braudel como caminho teórico-metodológico para a elaboração da geoeconomia como categoria analítica do espaço. Partindo da crítica às

interpretações baseadas na sucessão de ciclos econômicos isolados, busca-se evidenciar como a noção de longa duração, em Braudel, e a leitura histórico-estrutural da dependência, em Furtado, permitem apreender as permanências e determinações de fundo que estruturam o território brasileiro. Ao articular essas contribuições, o artigo sustenta que a geoeconomia oferece uma chave interpretativa capaz de compreender o espaço como instância ativa dos processos de acumulação, na qual se inscrevem, de forma durável, relações de poder, padrões produtivos e dinâmicas históricas que atravessam diferentes conjunturas.

2. BRASIL: ESTRUTURA E TOTALIDADE

A formação histórica e econômica do Brasil constitui um dos temas centrais do pensamento social brasileiro e permanece como problema aberto. Não apenas pela vastidão de seus processos constitutivos, mas sobretudo pela complexidade de suas mediações: a articulação entre dependência externa e reprodução interna, a persistência de estruturas herdadas e a emergência de formas novas, a coexistência de temporalidades distintas e a produção territorial desigual como expressão concreta dessas determinações.

Não se trata, portanto, de um objeto que possa ser apreendido por descrições lineares ou por esquemas explicativos que convertam a história em sucessão de etapas autocontidas. Ao contrário, a compreensão da formação brasileira exige um esforço de interpretação totalizante, capaz de articular permanências estruturais e transformações conjunturais, bem como de situar a economia colonial e nacional no interior de dinâmicas mais amplas de acumulação e de poder.

Parte significativa da intelectualidade brasileira passou a formular reservas ao uso dos *ciclos de commodities* como chave explicativa geral do período colonial, na medida em que tais narrativas tendem a organizar a história em torno das especializações produtivas sucessivas (açúcar, ouro, café), convertendo mudanças conjunturais e reorientações setoriais em etapas fechadas. Ao operar desse modo, o recurso aos ciclos pode obscurecer a compreensão da historicidade do processo de colonização, fragmentar mediações decisivas e reduzir a formação social a uma cronologia de conjunturas.

Nosso objetivo consiste em retomar, em diálogo com Fernand Braudel e Celso Furtado, uma leitura da formação histórica e econômica do Brasil que privilegie estruturas, permanências e determinações de fundo que atravessam diferentes conjunturas. Com base nessas estruturas de longa duração pretendemos mostrar como se constroem as geoeconomias e suas relações com os vetores de poder no território.

3. A INFLUÊNCIA DA ESCOLA DOS ANNALES

A corrente historiográfica da Escola dos Annales produziu uma vasta contribuição para o desenvolvimento das ciências humanas, entre elas a Geografia. Sua produção teórica constituiu-se como um esforço de romper com a narrativa centrada em eventos políticos, cronologias lineares e personagens marcantes, em favor de uma história social e econômica capaz de apreender estruturas, permanências e múltiplas temporalidades. O periódico *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundado em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch, tornou-se o núcleo de uma reorientação metodológica decisiva, marcada por uma concepção interdisciplinar

da história, aberta ao diálogo com a Geografia, a Economia Política e a Sociologia (Bloch & Febvre, 1994; Bloch, 2001; Febvre, 2011).

A recepção desse movimento no Brasil foi particularmente expressiva, irradiando-se para além da historiografia e repercutindo de modo duradouro em diferentes campos das ciências humanas. A renovação metodológica promovida pelos Annales, ao deslocar o foco dos acontecimentos imediatos para as estruturas, as permanências e os ritmos de longa duração, encontrou terreno fértil em uma intelectualidade brasileira em desenvolvimento, que buscava mediações para interpretar a formação histórica nacional.

Como observa Barros (2022, p. 131), a influência desse horizonte historiográfico sobre o Brasil foi tão ampla que “os historiadores desta escola estenderam sobre a historiografia brasileira uma influência só comparável a determinadas correntes do marxismo ocidental”.

Fernand Braudel, figura importante da segunda geração dos Annales, aprofunda esse deslocamento ao propor um modelo de temporalidades hierarquizadas que chama de longa, média e curta duração. Com isto, Braudel não apenas amplia o campo da história econômica, mas redefine o estatuto das estruturas e de sua relação com o espaço, ao enfatizar que o tempo histórico não é homogêneo e que as mudanças rápidas se inscrevem sobre permanências lentas que condicionam e limitam o repertório de possibilidades (Braudel, 1983, 1998).

Sua obra, produzida no interior de um ambiente intelectual marcado pelos conflitos e grandes transformações globais, incorpora a geografia como dimensão constitutiva da explicação histórica,

contribuindo para o seu deslocamento da condição de simples cenário, para a de componente na produção das formas históricas e sociais (Burke, 1991; Dosse, 1994). Nesse sentido, sua proposta de uma *geohistória* articula tempo e espaço como instâncias inseparáveis, permitindo apreender como a materialidade do espaço, os sistemas de circulação, os ritmos econômicos e as formas de poder se entrelaçam em múltiplas escalas temporais (Chateauvallon, 1987; Daix, 1999).

4. LONGA, MÉDIA E CURTA DURAÇÃO

Braudel (1965) nos deixa claro que parte das suas formulações a respeito do que convencionamos chamar de durações de tempo da história estão, de muitas formas, paralelas aos estudos de uma “nova história econômica”². Esta história econômica e social, preconiza três durações básicas estabelecidas em torno de oscilações cíclicas mais ou menos profundas, todas elas ligadas aos fatores econômicos e suas variações. Esta nova história econômica, leva em conta três formulações: o relato histórico, o relato de conjuntura, cujo enfoque relata sobre o período de tempo de até 50 anos e o relato da história “de longa, muito longa duração”³.

Esta longa duração está fundamentada na ideia de que as estruturas históricas fundamentais, como as condições geográficas, econômicas e sociais, possuem uma temporalidade própria que transcende os eventos efêmeros. Essas estruturas moldam a trajetória das sociedades ao longo de séculos, servindo como uma base estável sobre a qual ocorrem mudanças. Braudel defende que a análise histórica deve considerar essas camadas temporais, pois apenas assim é possível compreender a totalidade dos processos que conformam o passado

Dessa maneira, tais estruturas econômicas e sociais estão vinculadas a sistemas que operam de forma cíclica e interconectada, como os mercados e as redes de comércio de longa duração, que resistem a rupturas temporais. Essas estruturas não são simplesmente estáticas; elas interagem com transformações mais rápidas, como as conjunturas econômicas, criando uma complexidade analítica que exige uma abordagem interdisciplinar. Para Braudel, a longa duração não se limita ao econômico, mas abrange aspectos culturais, sociais e geográficos que se entrelaçam, demonstrando a profundidade e o dinamismo do tempo histórico (Braudel, 1965, 1983, 1998).

De outra maneira Braudel (1965) nos afirma que a longa duração pode ser percebida a partir de duas ocorrências que chamou de tendência secular e a estrutura. A tendência secular refere-se aos movimentos de longa trajetória na economia e na sociedade, que ultrapassam os ciclos conjunturais e indicam padrões mais amplos de transformação. Nesse sentido, a tendência secular serve como uma introdução ao estudo das permanências de longa data.

A estrutura, por sua vez, representa o núcleo da longa duração, sendo compreendida como as organizações e relações estáveis que resistem ao tempo. Estas estruturas não apenas moldam a história, mas frequentemente a restringem, impondo limites às ações humanas. Braudel destaca que podem incluir quadros geográficos, condições biológicas, limites produtivos ou certas idiosincrasias, que se tornam tanto sustentáculos quanto obstáculos para as sociedades. A interação dessas estruturas materiais com as dinâmicas sociais configura os ritmos profundos da história. (Braudel, 1965)

Delimitar com precisão uma certa duração dentro de uma cronologia é uma tarefa de grande complexidade. As temporalidades de longa duração, em especial, resistem a definições rígidas porque não possuem começos e fins claros. Quando se identifica o período de maior brilho ou impacto de uma estrutura histórica, percebe-se que este é apenas parte de um processo muito mais amplo e contínuo. Essas durações desenvolvem-se em camadas interligadas, frequentemente subterrâneas e silenciosas, moldando o tecido social até que condições específicas permitam sua manifestação.

Esse caráter *rizomático*⁴, de múltiplos movimentos horizontais e entrelaçados, torna a tarefa de fixar fronteiras cronológicas uma empreitada penosa e, muitas vezes, imprecisa. As grandes rupturas institucionais ou políticas, por exemplo, são geralmente precedidas por períodos extensos de transformações latentes que só se tornam visíveis no momento em que emergem. Essa natureza orgânica e interconectada das longas durações reforça a visão de Braudel sobre o tempo como um fluxo contínuo, no qual as rupturas, as permanências e as durações coexistem e se influenciam mutuamente.

Da mesma forma, ao tentar determinar o ponto exato em que uma temporalidade de longa duração se encerra para dar lugar a um novo arco temporal, enfrenta-se a dificuldade de identificar o momento em que uma estrutura se dissolve completamente. Ainda que seja possível delimitar o surgimento, o apogeu e o declínio de fenômenos como o feudalismo, seu impacto cultural e sua permanência na mentalidade campesina europeia são questões muito mais complexas. Essas marcas, mesmo após o esmaecimento das estruturas, continuam a influenciar o imaginário social e os

hábitos coletivos. Interpretar tais processos exige considerar não apenas as dinâmicas históricas visíveis, mas também os vestígios culturais e simbólicos que persistem nas sociedades. (Braudel, 1965, 1983, 1998)

Outras características deste sistema: o primado dos negociantes; o papel eminente dos metais preciosos, ouro, prata e mesmo cobre, cujos conflitos incessantes serão abrandados apenas pelo desenvolvimento decisivo do crédito, com o fim do século XVI; os repetidos flagelos das periódicas crises agrícolas: a fragilidade, digamos, da própria base da vida econômica; o papel, enfim, desproporcionado, à primeira vista, de um ou dois grandes tráficos exteriores: o comércio do Levante do século XII ao XVI, o comércio colonial no século XVIII. Creio ter definido, ou melhor, evocado, por minha vez, após alguns outros, os traços mais importantes, para a Europa Ocidental, do capitalismo mercantil, etapa de longa duração. Apesar de todas as mudanças evidentes que os atravessam, estes quatro ou cinco séculos de vida econômica tiveram uma certa coerência, até a reviravolta do século XVIII e da revolução industrial, da qual ainda não saímos. Alguns traços lhes são comuns e permanecem imutáveis, enquanto que em torno deles, entre outras continuidades, mil rupturas e reviravoltas renovavam o panorama do mundo. (BRAUDEL, 1965, p. 270-271)

A longa duração, amplamente discutida por Braudel (1965, 1983, 1998), remete a uma escala de tempo que captura as estruturas mais persistentes e profundas da história, aparentemente desconectada das transformações mais rápidas e contingentes, como aquelas ligadas aos ciclos econômicos. Essas estruturas, ao moldarem o fluxo dos acontecimentos, não são afetadas diretamente por eles, reafirmando a primazia da estrutura sobre os eventos.

Esta longa duração é o reinado do que Braudel (1965, p. 271) chama de uma “história lenta” que arrasta consigo todos os eventos que se desenrolam em seu interior, condicionando-os. Braudel a chama de uma história instável, dada sua natureza intrincada, de múltiplos fatores, que afetam os eventos conjunturais e cotidianos, digamos de outra maneira, da média e da curta duração, respectivamente.

(...) um tempo mais lento, por vezes quase no limite do instável. Neste andar, não em outro qualquer, - voltaremos a isso -, é lícito desprender-se do tempo exigente da história, dele sair, depois voltar, mas com outros olhos, cheios de outras inquietações, outras perguntas. Em todo caso, é com relação a estas grandes extensões de história lenta, que a totalidade da história pode ser repensada, como a partir de uma infraestrutura. Todos os andares, todos os milhares de andares, todos os milhares de fragmentos do tempo da história são compreendidos a partir desta profundidade, desta semi-imobilidade; tudo gira em torno dela. (Braudel, 1965, p. 271)

A obra de Braudel nos propõe uma abordagem do tempo histórico a partir da articulação das temporalidades longa, média e curta com vistas de obter uma totalidade da história, ou ainda, como concebe Poblet (2011, p. 127), o historiador Fernand Braudel busca “perceber os movimentos contínuos e os que se alternam, o que permanece e o que se modifica, um campo de experimentações dos homens, sempre em processo dinâmico e inacabado”.

Os conceitos de média e curta duração nos permitem analisar com maior precisão as dinâmicas conjunturais e os eventos que estruturam espacialidades e temporalidades históricas. As noções que se formam sobre a média duração de que Braudel nos fala, não podem ser elaboradas, senão pela leitura de sua tese sobre o Mediterrâneo e pela maneira de construção de sua escrita historiográfica.

O estilo braudeliano de estruturação do texto faz uso de uma narrativa dinâmica com persistente utilização de metáforas e imagens vivas, que não só remetem ao estilo, mas participam das ideias que estão em desenvolvimento. Logo, a construção das durações - longa, média e curta - expressam-se pelo ritmo e pelas imagens apresentadas em sua obra.

Uma das características mais marcantes das obras braudelianas é a condução narrativa. Ao construir uma literatura teórica dos tempos, o historiador demonstra os ritmos entrelaçados dos instantes, décadas e séculos. Um todo fragmentado, que permite perceber as interferências existentes entre os planos e níveis duracionais, uma escrita que evidencia o processo. (Marques, 2022, p. 47)

Braudel constrói esta média duração por meio de uma narrativa que revela determinada conjuntura. Esta conjuntura se apresenta por um vai e vêm ritmado, conduzido por processos históricos que surgem e desaparecem com alguma resolução, de maneira que podem ser percebidos em determinados intervalos de tempo cronológico. Esta medida de tempo histórico, esta duração, tem uma natureza multifatorial, com uma importante pluralidade de eventos entrecruzados, que atravessam tendências seculares, muitas vezes sem tomar consciência delas.

Estas durações com característica rítmica, oscilatória, espalham-se pela história com um aspecto constitutivo importante e para nós podem ser interpretadas como os ciclos que nós buscamos evidenciar ao longo deste trabalho. Braudel (1984) nos dá exemplos de como estas flutuações conjunturais estão ligadas a processos não essencialmente econômicos (pensando objetivamente na produção de valor, em bacía de empregos, em massa salarial etc.), incluindo aí aqueles movimentos ligados a cultura e a natureza; muito embora, em profundidade haja relação econômica. Entretanto, ao aproximar-se de uma tendência mais longa, uma conjuntura consolidada,

Braudel lança mão dos ciclos econômicos, registrando conjunturas com uma cronologia em torno de 50 anos (entre 30 e 70 anos).

Os historiadores da economia estão mais ou menos de acordo no que diz respeito às seguintes oscilações longas, entre uma série de pontos baixos: 1460, 1509, 1539, 1575, 1621 - e de cúpulas: 1483, 1529, 1595, 1650. Estas datas têm valor para um ou dois anos próximos. Teríamos, assim, quatro «vagas» sucessivas, cada uma com fluxo e refluxo, a primeira de 49 anos, a segunda de 30, a terceira de 36, a última de 46. (...) Será por esta razão (entre outras) que houve, no século XVI, lato sensu, capitalismo sucessivos (semelhantes e diferentes), salários sob o signo ora do jejum, ora da abundância? (Braudel, 1984, p. 265-266)

Braudel, ao se aproximar da análise de cronologias cíclicas, reconhece as limitações e ressalvas necessárias para lidar com essa tarefa, especialmente pela dificuldade de identificar com precisão tais ciclos. Assim como ocorre com as longas durações, as médias durações propostas por Braudel também apresentam dificuldades de delimitação. À medida que essas durações se tornam mais complexas, ao incorporarem elementos econômicos, militares, culturais ou de outras ordens relevantes à análise, os limites desses ciclos tornam-se ainda mais nebulosos. Isso reflete o desafio intrínseco de capturar a dinâmica histórica em estruturas temporais claras, ao mesmo tempo que evidencia a riqueza da metodologia braudeliana na tentativa de integrar múltiplas dimensões à narrativa histórica.

A curta duração, por sua vez representa a duração dos tempos da vida dos indivíduos. Esta dimensão do tempo, de acordo com Braudel (1983, p. 25) é uma duração da “história não à dimensão do homem, mas do indivíduo, (...) isto é, a da agitação de superfície, as vagas levantadas pelo poderoso movimento das marés, uma história com oscilações breves, rápidas, nervosas”. Dessa maneira, a curta duração enquadra-se dentro da grande pintura da longa duração, está à mercê dos movimentos das conjunturas da média duração, mas é o domínio dos indivíduos. Por que não dizer que, é a duração onde cada um, seja nas ações individuais ou coletivas, tem maior relevância.

Das três durações que Braudel nos apresenta, a curta duração é aquela que os indivíduos tem a maior autonomia e influência. Se em todas as dimensões de duração, se constrói uma história da humanidade, é na curta duração que o indivíduo grassa e reina. A curta duração é a dimensão onde todos os agentes históricos encontram-se em interação permanente e onde os indivíduos abrem divergências que ganham a natureza de permanência.

A partir desse enquadramento, torna-se possível compreender por que a contribuição de Braudel ultrapassa o plano estritamente historiográfico e se projeta como ferramenta teórico-metodológica para todo o campo das ciências humanas. Ao propor uma história estruturada por temporalidades hierarquizadas, em que as conjunturas econômicas e os acontecimentos se inscrevem sobre permanências mais profundas, Braudel fornece um princípio de leitura capaz de recompor a unidade de processos históricos que, de outro modo, tenderiam a aparecer como sucessões descontínuas.

5. COMO AS DURAÇÕES SE INSCREVEM NO ESPAÇO

Braudel (1998) mobiliza a geografia como um elemento importante para a construção de seu conceito de longa duração, conferindo consistência a uma abordagem estrutural que privilegia as forças subjacentes e persistentes da história. Essa geografia, compreendida em parte como o meio natural, constitui uma dessas forças fundamentais, exercendo forte influência sobre a ação humana ao longo do tempo. Nessa perspectiva, o espaço físico e os recursos naturais não apenas condicionam, mas frequentemente limitam as escolhas das sociedades, sobretudo nas estruturas econômicas e nas formas de vida cotidiana. A sua geohistória, fortemente influenciada por Vidal de La Blache (1954), Lucien Febvre (1991) e pela tradição da geografia francesa, expressa essa tentativa de integrar o papel do espaço físico e ações humanas na análise histórica.

O exemplo mais acessível parece ainda o da sujeição geográfica, O homem é prisioneiro, há séculos, de climas, vegetações, populações animais, culturas, de um equilíbrio lentamente construído, do qual não pode se afastar sem correr o risco de tudo reformular. Veja-se o papel da transumância na vida montanhosa, a permanência de certos setores de vida marítima, enraizados em certos pontos privilegiados das articulações litorâneas, a durável implantação das cidades, a persistência das rotas e tráficos, a fixidez surpreendente do quadro geográfico das civilizações. (Braudel, 1965, p. 268-269)

Há alguma polêmica em torno de um determinismo na obra de Braudel. Ao longo de seu trabalho, ele transita entre essa sujeição às

bases materiais para, em seguida, tomar como princípio que a geografia atravessa as historicidades como estrutura material relevante. Braudel reconhece que a sociedade, mediada por suas bases técnicas, submete esta espacialidade aos seus interesses, transformando-a continuamente. Nessa interrelação, o meio não determina a ação humana, mas produz um conjunto de inércias e limitações práticas que influenciam o desenvolvimento, a disposição dos recursos e, sobretudo, o tempo das sociedades.

Verificar o embate homem versus meio e mapeá-lo de acordo com as civilizações permitem a constatação de que não há tempo único, cronologia lisa, indiferente, vazia, mas sim uma geografia do tempo histórico - um mosaico de tempos históricos em que cada civilização, mesmo em contato com outra, guarda ritmo particular. E parte desse ritmo diz respeito à maneira como as civilizações se relacionam com seus espaços específicos. O espaço atravessa, explode a sequência rígida, fechada e padronizada da cronologia, desviando-a e pulverizando-a em ritmos quase tão distintos quanto a diversidade do próprio espaço. (Ribeiro, 2011, p. 74)

A complexa dialética entre meio e ação humana evidencia os desafios enfrentados por Braudel na construção de uma geohistória. Ao articular as bases geográficas à longa duração, o autor introduz contribuições fundamentais à historiografia ao destacar o espaço como elemento ativo dos processos históricos. Ao descrever as relações sociais e econômicas dos povos das margens do mar

Mediterrâneo, Braudel (1983, p. 21-22) remete insistentemente às condições impostas pelos elementos daquelas paisagens. Em sua narrativa, o Mediterrâneo assume papel central, sendo descrito como uma unidade geográfica complexa que estrutura as relações econômicas e sociais.

O Mediterrâneo nos surge assim como um vasto complexo de relações econômicas, sociais e culturais, um mundo diversificado que o autor acredita dotado de coerência interna e configurado enquanto uma unidade. Para organizar esse imenso conjunto geográfico composto de mares, ilhas, montanhas, planícies, desertos, enfim, de Ocidente e Oriente, de cristãos e muçulmanos, é que Braudel elabora sua teoria dos distintos tempos históricos, da pluralidade das durações. A história é então decomposta em planos sobrepostos, ordenados segundo a variação dos seus ritmos, os quais, no Mediterrâneo, permitem a distinção no tempo da história, de um tempo geográfico, um tempo social e um tempo individual. (...) Em cada um desses lugares descritos por Braudel, vigora um tipo diferente de vida, mas sobre eles impera uma poderosa unidade física, resultante de “um clima unificador das paisagens e dos gêneros de vida”. O clima nos surge, assim, no dizer de Lefort, como “o principal artesão da unidade física”, o responsável pela homogeneidade da vida mediterrânica. (Dutra, 2003, p.58)

A obra de Braudel é essencial para compreender a articulação entre diferentes escalas temporais e seus impactos no desenvolvimento econômico e social. Seus conceitos de tempo curto (dos eventos), tempo médio (das conjunturas sociais e econômicas) e tempo longo (das estruturas geográficas e civilizacionais) oferecem ferramentas analíticas que transcendem os enfoques lineares da história (Braudel, 1998).

Essa tripartição do tempo histórico proposta por Fernand Braudel, pode ser sintetizada nas categorias de tempo geográfico, tempo social e tempo individual, que correspondem, respectivamente, a longa duração, a média duração e a curta duração. Entre essas durações, o tempo geográfico, nos chama mais atenção, pois corresponde ao nível em que atuam as forças mais profundas e persistentes da história, aquelas que se inscrevem no espaço e cuja transformação ocorre em ritmos extremamente lentos.

Milton Santos (2006, 2004) nos fala de um espaço como totalidade socialmente produzida, resultante da interação entre técnica, sociedade e tempo histórico. Nesse sentido, o espaço deve ser entendido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, isto é, como a articulação entre a materialidade herdada de períodos históricos anteriores e as práticas sociais que continuamente redefinem o uso dessas formas. As estruturas de maior permanência se inscrevem no espaço, tornando o uma forma-conteúdo que porta diferentes temporalidades, presente e passado, finalidades e contrafinalidades.

Ao longo de nosso trabalho, compreendemos a formação de Maricá, dentro da tendência secular e dos processos de longa duração de formação do território brasileiro. Esta longa duração precisa ser

compreendida por meio da inércia produzida por estruturas mais permanentes que se instalam no espaço, dirigidas por vetores de polarização.

O ordenamento territorial, portanto, emerge das relações de poder que se estabelecem entre os diversos agentes envolvidos na produção do espaço. Os vetores de polarização operam como forças estruturantes que reorganizam os sistemas de objetos e ações, produzindo novas hierarquias espaciais e novas configurações territoriais. Desse modo, o território não é apenas o resultado de processos econômicos ou técnicos, mas a expressão concreta das relações de poder que orientam o uso do espaço e a organização da sociedade (Raffestin, 1993; Santos, 2006).

A aceleração técnica permitiu a redução das contrafinalidades do espaço com mais efetividade que no período pré industrial, adequando-o às trocas e a extração de valor de seu tempo presente. No período colonial brasileiro, estas finalidades e contrafinalidades produziam maior resistência e inércia diante de grandes transformações. De maneira que certos arranjos espaciais se mantiveram em atividade por séculos.

Estes regimes de acumulação fortemente vinculados ao território, cuja dinâmica se estrutura em torno de determinados recursos naturais, arranjos produtivos e formas específicas de organização do trabalho, são tratados neste artigo como uma categoria, a geoeconomia. Tais formações expressam momentos particulares da articulação entre espaço, economia e poder, nos quais determinadas atividades produtivas passam a exercer papel estruturante sobre o território.

Ao organizar fluxos de mercadorias, capitais e populações, essas atividades produzem padrões relativamente duráveis de ocupação do espaço, configurando hierarquias regionais, redes de circulação e formas específicas de inserção na economia. Mais do que simples conjunturas econômicas, essas geoeconomias correspondem a arranjos estruturais perenes, capazes de orientar a organização territorial da produção e da sociedade.

Sobre este tema, a contribuição de Celso Furtado é bastante relevante para a interpretação da organização das bases de reprodução material do Brasil. Ao analisar a formação econômica do país, Furtado demonstrou que o desenvolvimento brasileiro não pode ser explicado pela simples sucessão de ciclos econômicos isolados, mas pela formação de estruturas produtivas historicamente orientadas, organizadas em torno de atividades econômicas dominantes, articuladas às condições do mercado internacional e inscritas em bases geográficas.

6. PERMANÊNCIAS EM CELSO FURTADO

Celso Furtado foi um dos grandes intérpretes da formação histórica e econômica do Brasil e dos caminhos possíveis para a superação de seu subdesenvolvimento. Ao longo de sua trajetória intelectual e de sua atuação como homem de Estado, Furtado manteve uma interlocução significativa com Fernand Braudel e com outros intelectuais franceses vinculados à tradição historiográfica dos Annales. Conferências, debates públicos e resenhas revelam a existência dessa afinidade intelectual, ao mesmo tempo em que evidenciam os limites de convergência entre as abordagens de ambos os autores (Chateauvallon, 1989; D'aguiar, 2020).

Essa aproximação não foi circunstancial, mas resultou em grande medida do próprio itinerário formativo de Furtado na França, em um ambiente intelectual profundamente marcado pela renovação historiográfica promovida pelos Annales. Furtado teve contato direto com autores como Charles Morazé, que lhe apresentaram elementos centrais dessa tradição metodológica. Um dos princípios fundamentais dessa escola consistia justamente na defesa de uma história concebida como análise global e interdisciplinar das estruturas sociais, capaz de apreender os processos históricos em suas múltiplas dimensões e temporalidades (Paula, 2015).

O seu doutorado na Universidade de Paris (Sorbonne)⁵, defendido em 1948, desenvolveu-se em torno das raízes coloniais da estrutura econômica brasileira. Nesse *tour de force*, em uma França do pós-guerra, Furtado teve a oportunidade de debater sobre reconstrução, planejamento e transformação estrutural. Este período contribuiu para sedimentar uma sensibilidade histórica para os processos econômicos e a busca de uma abordagem capaz de articular estrutura e conjuntura. Embora sua tese não tenha circulado inicialmente como livro, seus eixos interpretativos seriam retrabalhados na obra que se tornaria referência do pensamento econômico brasileiro: *Formação Econômica do Brasil* (1959).

Sua formação intelectual deixaria marcas importantes em sua obra. A preocupação em compreender os processos econômicos como fenômenos historicamente determinados e estruturalmente condicionados aproxima sua interpretação das perspectivas de longa duração que caracterizaram parte da historiografia francesa do século XX. Mais do que analisar conjunturas econômicas isoladas, Furtado procurou identificar as estruturas históricas que condicionaram a formação econômica do Brasil, articulando

economia, história e organização territorial em uma interpretação abrangente do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.

Mais tarde, após ter seus direitos políticos cassados pelo golpe civil-militar de 1964, o exílio conduziu Furtado ao Chile, aos Estados Unidos e, por fim, novamente à França, onde permaneceu por mais tempo. Durante esse período, atuou como professor na Universidade de Paris por cerca de duas décadas, aprofundando seus vínculos com o ambiente intelectual francês. Essa permanência permitiu que Furtado estreitasse ainda mais seu diálogo com intelectuais associados à tradição dos *Annales* e mantivesse interlocução direta com o próprio Braudel, participando de debates e encontros públicos que mostram a proximidade intelectual entre ambos (Tenório; Wanderley, 2018).

Essa lição, apreendida com os mestres da École des Annales, terá decisiva influência tanto no projeto especificamente historiográfico de Celso Furtado, como marcará o conjunto de sua obra, sua visão de mundo, seu modo específico de considerar os problemas econômicos vistos sempre em perspectiva globalizante, em perspectiva efetivamente interdisciplinar. (Paula, 2015, p. 152)

Essa aproximação, entre Furtado e Braudel, mediada pelo ambiente intelectual francês e pela influência mais ampla da Escola dos *Annales*, contribui para compreender a amplitude metodológica que marca o seu trabalho. Embora tal orientação não se apresente com a mesma nitidez em sua tese de doutoramento de 1948, ela se

evidencia de modo particularmente consistente em *Formação Econômica do Brasil*, na qual a historicidade deixa de operar como simples cronologia da atividade produtiva no Brasil e passa a elaborar a estrutura da formação econômica brasileira (Paula, 2015).

Até aquele momento, grande parte dos trabalhos sobre a economia colonial brasileira abordava o tema por meio da sucessão de ciclos de culturas agrícolas tropicais voltadas à exportação. Furtado reconhece a existência de fases e ritmos econômicos, mas os situa como expressões parciais de processos mais amplos. Ao fazê-lo, afasta-se de leituras recorrentes no pensamento econômico liberal brasileiro e reinscreve a organização da economia brasileira em uma perspectiva de longa duração. Seu objetivo é apreender a persistência de estruturas de dependência, de organização do excedente e de reprodução social que atravessam diferentes conjunturas.

Ao reconhecer os limites de uma explicação estritamente econômica para dar conta da totalidade do processo histórico, Celso Furtado incorpora uma sensibilidade metodológica afinada com tradições historiográficas de base estruturalista e transdisciplinar. A longa duração, nesse quadro, não é um empréstimo mecânico, mas uma estratégia de análise de que permite articular estrutura e conjuntura, permanência e mudança, dependência externa e reprodução interna, conferindo densidade histórica ao diagnóstico econômico.

Celso Furtado traz para o seu campo, uma contribuição da Escola dos Annales, que lhe permite aprofundar sua originalidade teórica e a especificidade de sua problemática, que é o subdesenvolvimento como forma histórica do capitalismo periférico. Antes de tudo, em

Celso Furtado, a longa duração se expressa como história econômica das estruturas de reprodução de excedente material. Com efeito, certas convergências e adesões metodológicas se tornam particularmente visíveis em diálogos e registros de interlocução, como no excerto a seguir, no qual se explicita o modo pelo qual a categoria da longa duração é mobilizada para interpretar a formação brasileira.

Aplico ao Brasil sua ideia da longa duração. No desenvolvimento de uma fase de uma civilização determinada, como aqui na Europa, certos fatores desempenham um papel essencial. No Brasil, esse fator é a dependência externa. Não se pode compreender a longa duração do Brasil se não se partir dessa característica do sistema: a dependência em relação àqueles que começam o processo e que chegam do exterior. (Chateauvallon, 1989, p. 121)

Em sua tese de doutoramento, Celso Furtado viu-se compelido a incorporar um objeto de interesse direto para o meio acadêmico francês, exigência associada ao enquadramento institucional de sua formação e às orientações de Maurice Byé. Valendo-se do método comparativo, Furtado aproxima a empresa açucareira do Brasil colonial daquela existente na Martinica, nas Antilhas Francesas, buscando evidenciar regularidades estruturais que atravessam espaços distintos quando submetidos a um mesmo padrão de inserção em uma divisão internacional do trabalho. Maurice Byé, por sua vez, embora não se vinculasse formalmente à tradição dos *Annales*, era um economista atento às relações entre

desenvolvimento, comércio internacional e persistência de estruturas econômicas no tempo, mobilizando uma sensibilidade histórica e espacial na análise dos fenômenos econômicos (Byé, 1959).

Os trabalhos de Byé desenvolvem-se por meio de uma economia política, pensada como construção histórica e relacional, atravessada por assimetrias de poder e por heranças coloniais. A influência de Byé pode ser percebida na maneira pela qual Furtado articula tempo histórico, estrutura econômica e espaço geográfico em suas interpretações do Brasil e da América Latina, sempre situadas no interior de uma economia mundial hierarquizada (Furtado, 1948, 1985, 2001; Byé, 1959; Paula, 2015).

Um ponto importante da tese de Furtado é a demonstração que, a empresa açucareira antilhana reproduzia os traços fundamentais do sistema brasileiro, baseado no tripé da centralidade do trabalho escravo africano, o latifúndio monocultor e a orientação para o mercado externo. A lógica econômica capaz de assegurar competitividade da produção açucareira não apenas organizava a produção, mas impunha o estabelecimento de uma estrutura, sobre a qual se construía a vida material da colônia. Reproduzindo, aqui e ali, semelhante conjunto de relações sociais e formas de apropriação do excedente.

O arcabouço teórico de Celso Furtado se reorienta com o passar do tempo: partindo de uma interpretação histórico-estrutural do subdesenvolvimento, o autor passa a enfatizar, em trabalhos posteriores, as dimensões culturais, a criatividade e a dependência tecnológica como elementos decisivos para compreender os limites da modernização periférica. Seu eixo teórico-metodológico pode ser

caracterizado como uma síntese original entre história econômica, análise estrutural e economia do desenvolvimento, orientada pela busca de padrões históricos de longa duração, pela crítica às concepções linear-evolutivas de progresso e pela insistência na articulação entre economia e sociedade. (Furtado, 1978, 1985, 1989; Paula, 2015)

A importância adquirida por Furtado no pensamento econômico brasileiro decorre, em grande medida, dessa capacidade de articular história, estrutura produtiva e dependência, disputando a hegemonia interpretativa sobre a formação nacional com correntes de orientação liberal e com a ortodoxia neoclássica representada por autores como Delfim Netto, Mário Henrique Simonsen e Carlos Geraldo Langoni⁶.

Enquanto tais leituras tendiam a privilegiar modelos abstratos de equilíbrio, eficiência e racionalidade de mercado, Furtado insistia nos condicionantes históricos do subdesenvolvimento, nas formas sociais de organização do trabalho e nas heranças estruturais da economia colonial escravista como fundamentos da heterogeneidade estrutural e da reprodução desigual do excedente. Com isso, sua obra se inscreve no campo de uma crítica estrutural do desenvolvimento periférico, na qual o passado colonial não aparece como etapa superada, mas como matriz histórica, cujos efeitos se prolongam sobre a modernização brasileira, condicionando seus limites e a persistência de desigualdades regionais e sociais.

7. BASES GEOGRÁFICAS E GEOECONOMIA

Muito embora a noção de ciclos econômicos possa figurar como registro conjuntural para apreender oscilações e fases de expansão e retração, ela não ocupa, em Furtado, o estatuto de princípio explicativo totalizante da formação brasileira. Em *Formação Econômica do Brasil*, o autor reorganiza a periodização da economia colonial e nacional a partir de grandes regimes de acumulação com bases socioespaciais. Os segmentos da análise em Furtado (2009) falam sobre: uma *economia escravista de agricultura tropical*, uma *economia escravista mineira*, uma *economia de transição para o trabalho assalariado* e uma *economia de transição para um sistema industrial*.

Celso Furtado está nos falando sobre arranjos produtivos e da organização da sociedade sob a perspectiva da centralidade do trabalho. No período pré-industrial, o que comanda a produtividade é o controle sobre a mão de obra, daí as seguidas referências ao escravismo como um destaque desses arranjos produtivos. Com a industrialização, o que comanda a produtividade é conjunto técnico e a inovação tecnológica. Por este motivo ele desloca a centralidade da análise do universo do trabalho para o ordenamento da base produtiva. Não significa que o trabalho perdeu sua importância para a produtividade, mas que está inserido dentro de outra dinâmica, como por exemplo no deslocamento populacional para as cidades, no trabalho urbano, na mecanização, na automatização etc.

Em todos os segmentos de análise, há um elemento subjacente que é a categoria espacial e que Celso Furtado não desconhece, sobretudo no período colonial ou na fase pré-industrial brasileira. Isto ocorre, pela baixa capacidade técnica de contornar as dificuldades impostas pelas condições espaciais em que estão inseridos os arranjos produtivos (Furtado, 2009).

Furtado nos fala de uma “favorável posição geográfica⁷” para compreender o sucesso da produção açucareira nas Antilhas ou de uma “base geográfica inadequada⁸” para falar sobre o fracasso de empresas coloniais que não encontraram na terra, as condições para sua reprodução.

Quando nos fala das bases geográficas da economia escravista mineira, Furtado levanta com maior força o elemento espacial de sua análise. Inicialmente Furtado localiza esta economia escravista, delimitando-a dentro de um recorte espacial. O que organiza este recorte espacial são os fluxos produzidos pela rede do ouro. O fluxo demográfico, de saída e chegada de pessoas que se movimentam em núcleos urbanos e semiurbanos produzidos pela descoberta de novos aluviões. Dos muares que descem dos planaltos na direção da cidade fortificada de Paraty. Esta economia escravista mineira de que nos fala Furtado se inscreve, por exemplo, nas paisagens urbanas de Sabará e de Ouro Preto, em Minas Gerais; e em Paraty, no Rio de Janeiro, entre outras cidades que se articularam dentro deste regime de acumulação. (Furtado, 2009)

Poderíamos extrapolar ao limite esta construção de Furtado, para falar de uma geoeconomia escravista mineira. Em sua descrição, todos os elementos desta economia estão fortemente articulados com o território que ali se produziu. Esta geoeconomia realiza-se sobre o espaço como um tabuleiro disposto de objetos e intenções. Com o declínio da atividade do ouro, as dinâmicas populacionais mudam, os centros urbanos desarticulam-se como pontos de concentração, e formam-se grandes áreas de dispersão de população. As cidades das regiões auríferas não conseguem reter a população e surge uma interiorização para a produção de subsistência.

Há aqui, portanto, uma transição geoeconômica produzida pela decadência da extração do ouro e a formação de uma nova geoeconomia que se sobrepõe à antiga. Milton Santos (2004, p. 256) nos dirá que “um sistema histórico anterior deixa resíduos, há uma superposição de traços de sistemas diferentes”, assim o espaço produz um acúmulo da sucessão de tempos.

Uma sucessão em camadas onde as permanências são mais ou menos marcantes de acordo com os processos de produção dessa espacialidade. Se são processos de grandes rupturas ou ainda, se são processos de uma descontinuidade que se estende pelo tempo. Não somente as formas e objetos que compõe a paisagem e a materialidade se sobrepõem, mas também os tempos sociais, ações e normativas que convivem e se interpenetram. (Santos, 1979, 2006)

As geoeconomias se sobrepõem em camadas sobre o espaço, comandadas por novos vetores de territorialização. Sob esse comando, uma nova camada de finalidades se inscreve sobre camadas anteriores marcadas por contrafinalidades. O novo sistema de objetos e ações, ao se instalar, precisa frequentemente reverter, controlar ou contornar essas contrafinalidades, de modo que seus fluxos possam operar de forma desimpedida nas redes que se constituem.

8. CONCLUSÃO

A aproximação entre Celso Furtado e Fernand Braudel constitui uma contribuição teórica relevante para a elaboração da geoeconomia como categoria analítica do espaço e do ordenamento territorial. Ao articular a noção braudeliana de longa duração, entendida como o plano das estruturas persistentes e das inércias históricas, com a

interpretação furtadiana da formação econômica do Brasil, centrada na reprodução histórica da dependência e nas formas de organização do excedente, torna-se possível construir uma leitura que reintegra economia, tempo e território em uma mesma unidade de análise.

Nessa perspectiva, a geoeconomia emerge como expressão concreta dessas estruturas de longa duração, materializadas no espaço sob a forma de regimes de acumulação inscritos no território por vetores de poder. Essa abordagem permite não apenas identificar atividades econômicas dominantes ou especializações produtivas, mas apreender os padrões históricos que organizam o uso do território, estruturam fluxos, configuram hierarquias e inscrevem relações de poder em bases materiais duráveis. A crítica à leitura fragmentada dos ciclos econômicos possibilita sua reinscrição como momentos conjunturais de processos mais amplos, cuja inteligibilidade se revela plenamente quando referida às estruturas profundas das totalidades às quais se vinculam.

Desse modo, a aproximação entre Furtado e Braudel, à luz do pensamento geográfico, permite avançar para uma concepção de espaço na qual se condensam temporalidades múltiplas e processos históricos de longa duração. A geoeconomia, tal como proposta neste trabalho, constitui, portanto, uma categoria capaz de apreender essa totalidade em movimento, oferecendo uma via de interpretação que articula formação histórica, dinâmica econômica e produção do território, contribuindo para o aprofundamento do debate sobre o desenvolvimento e suas expressões espaciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José. **Marc Bloch e Lucien Febvre - dois acordes historiográficos: uma análise das influências e aspectos relacionados aos fundadores dos Annales.** Revista Galo, nº 5, Ano 3, p. 131-147, 2022.

BLOCH, Marc. **Apologia da História.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BLOCH, Marc.; FEBVRE, Lucien. **Correspondance: La Naissance des Annales (1928-1933).** Vol. 1. Paris: Fayard, 1994.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais: a longa duração.** Revista de História, São Paulo, Vol. 30, nº 62, p. 261-294, 1965.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Felipe II. Volume I.** São Paulo: Martins Fontes, 1983.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Felipe II. Volume II.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: A Revolução Francesa da Historiografia.** 2ª Edição. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

BYÉ, Maurice. **Relations économiques internationales.** Paris: Dalloz, 1959.

CHATEAUVALLON. **Fernand Braudel e a História.** Coleção Teorema. Lisboa: Editorial Teorema, 1987.

CHATEAUVALLON. **Uma Lição de História de Fernand Braudel.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

D'AGUIAR, Rosa Freire de. **Diários intermitentes de Celso Furtado. 1937-2002.** Revista Estudos Avançados, São Paulo, 34 (100), 2020.

DAIX, Pierre. **Fernand Braudel. Uma Biografia.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

DELEUZE, Gilles. **Mil platôs - Capitalismo e Esquizofrenia, Volume 1.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DOSSE, François. **A História em Migalhas: Dos Annales à Nova História.** Campinas: Editora Ensaio, 1994.

DUTRA, Eliana. **Tempo e estrutura na unidade do mundo mediterrâneo: Fernand Braudel e as voltas da História.** In: LOPES, Marcos. Fernand Braudel: Tempo e História. Rio de Janeiro: FGV, p. 57-70, 2003.

FEBVRE, Lucien. **A Terra e a Evolução Humana.** 2ª Edição. Lisboa: Cosmos, 1991.

FEBVRE, Lucien. **Face ao Vento: manifesto dos novos Annales.** In: NOVAIS, F.; SILVA, R. (Org.). Nova História em perspectiva. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.

FURTADO, Celso. **L'économie coloniale brésilienne (XVI et XVII siècles).** Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Direito e Ciências Econômicas, Universidade de Paris, Paris, 1948.

FURTADO, Celso. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. **A fantasia organizada.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita.** São Paulo: Paz e Terra, 1989.

FURTADO, Celso. **Economia Colonial No Brasil Nos Séculos XVI E XVII.** São Paulo: HUCITEC, 2001.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LA BLACHE, Vidal de. **Princípios de Geografia Humana.** 2ª Edição. Lisboa: Cosmos, 1954.

MARQUES, Daniel. **O Conceito de Duração de Fernand Braudel (1902-1985) e as Possíveis Contribuições de Henri Bergson (1859-1941).** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2022.

PAULA, João Antônio de. **Celso Furtado, a história e a historiografia.** Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Vol. 10, N° 17, p. 144-165, julho/dezembro 2015.

POBLET, Maria Del Mar Ferrer Jordá. **A dimensão espaço-temporal em Fernand Braudel: aportes teóricos para a geografia.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

PRADO, Eleutério Fernando da Silva. **A ortodoxia neoclássica.** Estudos Avançados, São Paulo, Vol. 15, Nº 41, p. 9-20, janeiro/abril 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Guilherme. **Fernand Braudel e a geo-história das civilizações.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 67-84, jan./mar. 2011.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios.** Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** 6ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4ª Edição, 2ª Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

TENÓRIO, Fernando; WANDERLEY, Sergio. **Celso Furtado: um economista a serviço da gestão pública (1943-1964).** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 52(3), p. 507-526, maio-junho 2018.

¹ Doutorando em Geografia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Geografia Humana (UERJ). Email: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Braudel, 1965, p. 263.

³ Braudel, 1965, p.264.

⁴ Recuperando a figura de linguagem emprestada pelo filósofo Gilles Deleuze da botânica, para representar certas características da linguagem e do pensamento, em oposição e crítica à linearidade cartesiana. A resiliência do esquema rizomático pode ser compreendida, de acordo com Deleuze (1995, p. 17), como: Um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retoma segundo uma ou outra de suas linhas e segundo outras linhas. (...) Faz-se uma ruptura, traça-se uma linha de fuga, mas corre-se sempre o risco de reencontrar nela organizações que reestratificam o conjunto.

⁵ Celso Furtado obteve o doutorado em Ciências Econômicas pela Université de Paris (Faculté de Droit et des Sciences Économiques), em 1948, com a tese *L'économie coloniale brésilienne - XVIe et XVIIe siècles* (Furtado, 1948). À época, era corrente o uso da designação “Sorbonne” como referência genérica à Universidade de Paris, embora se tratasse, em sentido estrito, de um complexo histórico associado sobretudo às faculdades de Letras e Ciências Humanas, e não necessariamente à unidade em que Furtado realizou sua formação. Sua tese, redigida originalmente em francês, não foi publicada integralmente naquele momento, mas forneceu bases conceituais que seriam posteriormente retrabalhadas em *Formação Econômica do Brasil* (Furtado, 2009). A versão em português do texto original foi publicada apenas em 2001, sob o título *Economia colonial brasileira nos séculos XVI e XVII* (Furtado, 2001).

⁶ O pensamento econômico ortodoxo de matriz neoclássica no Brasil consolidou-se em estreita articulação com os interesses geopolíticos dos Estados Unidos durante a ditadura militar, sendo influenciado, entre outros fatores, pelo Acordo MEC-USAID. Esse acordo não apenas promoveu reformas no sistema educacional brasileiro, mas também favoreceu a difusão de paradigmas econômicos funcionalistas e anti-estruturalistas, alinhados aos pressupostos da Guerra Fria. Para uma análise crítica desse processo e suas implicações teóricas e institucionais, ver Prado (2001).

⁷ Furtado (2009, p. 36).

⁸ Furtado (2009, p. 50).